



Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas no Parlamento Europeu



SOCIALISTAS PORTUGUESES
no Parlamento Europeu

EUROPA

SUPLEMENTO DO
AS
ACÇÃO SOCIALISTA



PRESIDÊNCIA LETÃ E PRIORIDADES DO TRIO DE PRESIDÊNCIAS ITÁLIA-LETÓNIA-LUXEMBURGO

PÁGINA 3

PEDRO SILVA PEREIRA É O RELATOR-SOMBRA DO S&D NO ACORDO DE COMÉRCIO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E OS ESTADOS UNIDOS

PÁGINA 2

QUOTAS LEITEIRAS NA AGENDA DOS SOCIALISTAS EUROPEUS

PÁGINA 3

OPINIÃO

JUSTIÇA AFUNDA-SE, AFUNDANDO OS SUBMARINOS

ANA GOMES

PÁGINA 2

AS ELEIÇÕES NA TUNÍSIA

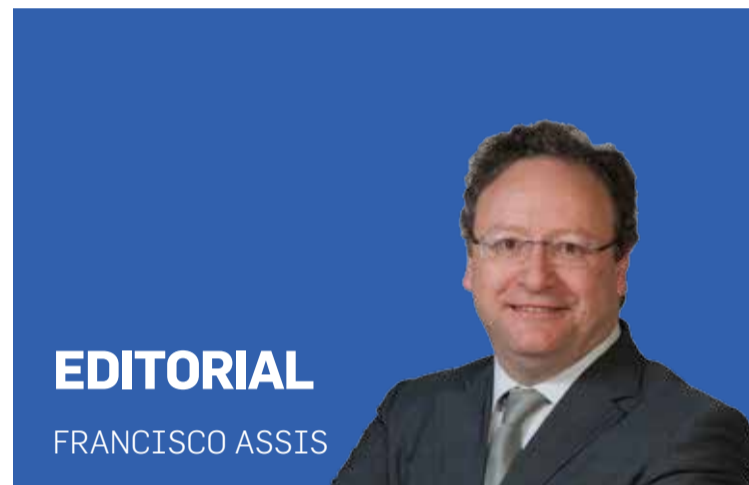
FRANCISCO ASSIS

PÁGINA 3

ENTREVISTA

CARLOS ZORRINHO: DESAFIOS DA UE PARA 2015

PÁGINA 4



EDITORIAL

FRANCISCO ASSIS

“ O que os milhões de cidadãos que vieram para a rua defender a liberdade quiseram dizer foi uma coisa muito simples: mesmo em época de crise há coisas em que não pode haver a mais pequena transigência

No passado dia 13 de Janeiro o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, assinalou numa intervenção proferida perante o plenário o 70º aniversário da libertação do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, prestando a devida homenagem aos milhões de judeus vítimas do totalitarismo nazi. Só nesse campo, no curto espaço de 5 anos, perderam a vida mais de um milhão de pessoas. Auschwitz foi o centro do mais bárbaro genocídio até hoje levado a cabo. Dois dias antes, Paris assistiu àquela que terá sido a maior manifestação da sua história, extraordinária concentração de cidadãos empenhados em demonstrar um apego ilimitado aos grandes princípios e valores fundadores dos regimes democrático-liberais. O atentado cruel ao jornal satírico *Charlie Hebdo*, perpetrado por dois jovens imbuídos de um fanatismo religioso absolutamente intolerante e criminoso, visou sobretudo pôr em causa um dos pilares imprescindíveis deste tipo de regime - o princípio da liberdade de expressão. Todos sabemos como foi difícil a afirmação histórica da supremacia deste mesmo princípio. Os vários poderes, quer os de inspiração religiosa, quer os de natureza secular, opuseram forte resistência à sua plena concretização. Apesar disso, devido à coragem e ao talento de tantos homens e mulheres que ao longo da história foram tratados e destratados como autores de blasfémias, foi possível alcançarmos em vários países modelos de organização política assentes no primado da liberdade. A União Europeia resulta ela própria da vontade de garantir a permanente salvaguarda institucional desse modelo. O que os milhões de cidadãos que vieram para a rua defender a liberdade quiseram dizer foi uma coisa muito simples: mesmo em época de crise há coisas em que não pode haver a mais pequena transigência. A liberdade é sem dúvida o valor fundamental que nos cabe preservar.

OPINIÃO
JUSTIÇA
AFUNDA-SE,
AFUNDANDO
OS SUBMARINOS

ANA GOMES



“ O selo de impunidade que marca este processo é gravíssimo, porque alimenta a desconfiança dos cidadãos face às instituições do Estado democrático, incluindo a justiça e os partidos políticos

O Ministério Público (MP) determinou o arquivamento dos autos no processo 222/11.9TELSB, referente à aquisição de submarinos a fabricantes alemães pela República Portuguesa, por concluir que “não foi possível obter a comprovação da prática de factos que integre a previsão dos crimes de corrupção, de prevaricação de titular de cargo político ou de fraude fiscal”, e que “faltando esse precedente legal para imputação do eventual crime de branqueamento de capitais, é manifestamente inviável o exercício da acção penal (...) por falta de indícios suficientes.” Os procuradores chegam a esta conclusão, pese embora o extenso rol de factos indiciadores de crimes que a investigação apurou, que já terão, segundo os mesmos, atingido o prazo de prescrição.

O MP termina assim uma investigação de 9 anos, carregada de vicissitudes e polémicas, a começar por duas mudanças nas equipas de procuradores, confirmando as minhas suspeitas de que alguma “mão invisível” esteve a trabalhar justamente para conseguir ...a prescrição. O próprio despacho de arquivamento dá parte detalhada da insuficiência de meios, paralisações, faltas de assessoria (inclusive, em questões de contratação pública), falta de documentação essencial e falta de cooperação nacional e internacional - sobretudo e suspeitamente alemã - que a investigação judicial foi encontrando pela frente.

Eu, como assistente no processo, não me conformo com esta declaração de impotência por parte do Ministério Público e por isso requererei a abertura da instrução do processo.

O selo de impunidade que marca este processo é gravíssimo, porque alimenta a desconfiança dos cidadãos face às instituições do Estado democrático, incluindo a justiça e os partidos políticos. Tanto mais que na Alemanha foram já presos e sentenciados os corruptores neste negócio - cá, não só não se incomodam os corrompidos, como o actual Governo continua a fazer mais contratos com a empresa Ferrostaal, condenada em Munique por orquestrar o esquema de corrupção! E nem é preciso falar nas comissões recebidas pela ESCOM que, em parte, foram empoçadas por Ricardo Salgado e outros criminosos do GES, e escandalosamente “lavadas” e legalizadas pelos RERTs - os infames “regimes especiais de regularização tributária”, por cuja introdução o PS se deve penitenciar.

Nós, os portugueses, pagamos ainda, duramente, a factura resultante do incumprimento e da sobreavaliação obscena de contrapartidas, das fórmulas de revisão e de actualização de preços dos submarinos, dos custos de garantias bancárias do consórcio alemão que foram pagas pelo Estado português, fintoando criminosamente o escrutínio do Tribunal de Contas, etc. Além dos custos económicos, sociais e políticos do pagamento diferido, que onerou o défice público brutalmente em 2010 - mais de mil milhões de euros - precipitando o descalabro nas contas públicas que esteve na base do recurso a resgate financeiro em 2011 e da letal deriva austeritária subsequente.

Há dois principais responsáveis políticos - Paulo Portas e Durão Barroso - que eram Ministro da Defesa e Primeiro Ministro em 2003/2004, quando o contrato foi adjudicado aos alemães. Mas estão clamorosamente por apurar as responsabilidades criminais que possam ter.

Nos tribunais e/ou fora deles, é fundamental expor as contradições e a surpreendente (ou talvez não...) negligência investigativa relativamente a decisores políticos que conduziram um processo negocial atrabiliário e de notória e suspeita opacidade, incluindo depois de adjudicarem o fornecimento ao consórcio alemão. Como o próprio MP reconhece, puseram o Estado Português em situação de grande incapacidade e inferioridade negocial na defesa dos seus interesses e, portanto, de grande vulnerabilidade aos crimes de corrupção, prevaricação e abuso de poder.

Não desistiremos de exigir que a justiça se cumpra.



Pedro Silva Pereira nomeado "relator sombra" em relatório sobre as negociações do Acordo de Comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos

Pedro Silva Pereira foi nomeado "relator-sombra", pelo grupo dos Socialistas & Democratas, para um relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu (PE) sobre as negociações do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) entre a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América.

Este relatório reunirá o conjunto de recomendações que, na perspetiva jurídico-política da AFCO, devem ser observadas pela Comissão Europeia nas negociações em curso do referido acordo comercial. Neste âmbito, deverão ser abordadas neste relatório questões decisivas como a transparência das negociações ou a garantia de salvaguarda dos valores e princípios fundamentais da União, no âmbito da adoção de sistemas de arbitragem internacional. Este relatório vai contribuir para a resolução do PE sobre as negociações, que

será adotada na primavera de 2015.

Recorde-se que as negociações de comércio e investimento começaram em julho de 2013 e que o TTIP irá criar a maior zona de comércio livre do Mundo. A 7ª ronda de negociações teve lugar de 29 de setembro a 3 de outubro de 2014 e as discussões irão continuar na semana de 2 a 6 de fevereiro.

As negociações do TTIP, pelo seu alcance e importância, têm suscitado grande interesse e a nova Comissão Europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, por exigência do PE, tem vindo a adotar ações para melhorar a transparência das negociações, nomeadamente através da publicação de mais textos sobre as negociações, incluindo as propostas de textos jurídicos.

As cláusulas de resolução de litígios entre os investidores e o Estado (ISDS) têm gerado controvérsia junto do público pela forma como tem funcionado e pelos casos públicos tentados por investidores

contra Estados (por exemplo, o processo Vattenfall contra a Alemanha que está ainda a decorrer). Neste contexto, a Comissão Europeia lançou o ano passado uma consulta pública sobre ISDS no quadro do TTIP cujos resultados são esperados durante este mês de janeiro.

De notar que um estudo independente, realizado pelo Centro de Investigação Política Económica, estima que a economia da União poderá beneficiar em cerca de 119 mil milhões de euros por ano. Um estudo internacional encomendado pelo Governo Português, com o apoio da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, prevê um impacto positivo de curto prazo na economia portuguesa avaliado em 0,66% do Produto Interno Bruto e com reflexos no crescimento das exportações, sobretudo na indústria transformadora, e na criação de emprego.

Presidência letã do Conselho da União Europeia e prioridades do trio de presidências Itália-Letónia-Luxemburgo

A Letónia assegura desde 1 de janeiro a presidência rotativa do Conselho da União Europeia, o órgão que reúne os ministros de cada Estado-Membro para adotar a legislação juntamente com o PE e coordenar as políticas da União. A presidência da Letónia insere-se num trio constituído pela Itália, que presidiu nos seis meses prévios, e pelo Luxemburgo, que presidirá no último semestre de 2015, sistema introduzido pelo Tratado de Lisboa. Os três países têm trabalhado em estreita cooperação, tendo acordado um programa de trabalho comum

de dezoito meses. Este programa encontra-se dividido num quadro estratégico com objetivos de longo-prazo (partilhados pelo próximo trio de Presidências, que será constituído pela Holanda, Eslováquia e Malta) e num programa operacional que identifica uma série de prioridades com as quais a Itália, a Letónia e o Luxemburgo se comprometeram em especial, preparado em colaboração com o Presidente do Conselho dos Assuntos Externos, a Comissão e o Presidente do Conselho da UE. As principais prioridades são a estabilização financeira da

UE de modo a fomentar um ambiente macroeconómico saudável, o estímulo à competitividade e o fortalecimento da política industrial e do comércio externo por forma a gerar crescimento, a criação de emprego e o combate à pobreza e à exclusão social, uma agenda para o digital que permita aproveitar as oportunidades da economia digital e concretizar um Mercado Digital Comum, sem esquecer a proteção dos direitos fundamentais e o robustecimento do papel da UE como ator global num mundo em mudança vertiginosa.

Comissão Europeia deve assumir e acautelar consequências do fim das quotas



Os Socialistas Europeus realizaram em Bruxelas uma conferência debate sobre a gestão do mercado do leite no cenário de fim das quotas leiteiras. A conferência teve como objetivo auscultar o setor acerca do impacto do fim daquele regime e contou com intervenções de quatro especialistas europeus de entre os quais Jorge Rita, Presidente da Federação Agrícola dos Açores, que participou a convite de Ricardo Serrão Santos.

A conferência debate foi encerrada por Ricardo Serrão Santos, deputado responsável dos Socialistas Europeus pelo "relatório do leite", um relatório de iniciativa acerca do impacto do fim das quotas no mercado do leite. Para o

eurodeputado "se o objetivo é retirar restrições para que os que querem e podem produzir mais o possam fazer, então também haverá que encontrar forma de acautelar as consequências para aqueles que fizeram investimentos na modernização das explorações que levam anos para amortizar". Ricardo Serrão Santos referiu ainda que as explorações leiteiras "contribuem para o dinamismo do meio rural e operam em zonas em que outras alternativas económicas são limitadas. Numa época em que a Europa se focaliza na questão do emprego, com especial incidência no emprego jovem, devem acautelar-se os setores económicos com impacto relevante na manutenção e

geração de empregos". Para o futuro, o eurodeputado dos Açores referiu ainda a importância da regulação da cadeia de valor no sentido de evitar que os preços pagos aos produtores sejam esmagados a jusante, nomeadamente pela distribuição, e a necessidade de reunir consensos no sentido de encontrar mecanismos que possam produzir um efeito regulador equivalente ao das quotas leiteiras. Ricardo Serrão Santos afirmou ainda que o grupo europeu dos Socialistas e Democratas tem a obrigação política de objectar à ultra-liberalização do mercado do leite, o que acontecerá se não houver um sistema de regulação.

OPINIÃO O EXEMPLO DA TUNÍSIA

FRANCISCO ASSIS



“É incontestável que o voto das mulheres foi determinante no saldo das eleições. As tunisinas não aceitaram abdicar da condição de protagonistas ativas na reconstrução do país

Se dúvidas houvesse quanto à injustiça de generalizar o extremismo islâmico ao mundo muçulmano no seu conjunto, bastaria atentar no caso da Tunísia, que elegeu no passado dia 28 de Dezembro, pela primeira vez na sua história, um presidente por sufrágio universal direto. Enquanto membro da Delegação de Observação Eleitoral do PE às duas voltas das presidenciais tunisinas, acompanhei o decorrer das votações e a contagem dos votos e reuni com candidatos e representantes da sociedade civil. Não só me surpreendeu a maturidade democrática de todo o sistema político e do povo tunisino como fiquei convencido da irreversibilidade do processo de progressiva secularização da sociedade deste país. A vitória do ex-primeiro ministro Béji Caïd Essebsi sobre o presidente cessante Moncef Marzouki, candidato que concentrou o grosso dos votos dos islamitas, parece comprovar esse ímpeto secularizador. Obtendo 55,6% dos votos contra os 44,5% de Marzouki, o presidente Essebsi foi bem-sucedido nos apelos ao voto útil dos eleitores que temiam uma vitória dos islamitas e, em consequência, uma regressão nos direitos civis e liberdades individuais. Particularmente sensíveis a esses apelos revelaram-se as mulheres tunisinas que, de acordo com estudos estatísticos, deram a Essebsi cerca de três quartos dos votos. É incontestável que o voto das mulheres foi determinante no saldo das eleições. As tunisinas não aceitaram abdicar da condição de protagonistas ativas na reconstrução do país e do nível de participação na vida pública alcançado nas eleições legislativas ocorridas em Novembro de 2014, quando 47% dos candidatos eram do sexo feminino. O temor de serem posta em causa a igualdade de direitos consagrados no Código do Estatuto Pessoal, promulgado pelo ex-presidente Habib Bourquiba em 1956, suplantou as reservas quanto a Essebsi, o líder do laico Nidaa Tounès, veterano do bourquibismo, que se apresentou a sufrágio com um programa liberal e secular. Também no que toca à emancipação política e cívica das mulheres, a Tunísia é a exceção no Magreb. Foi disso símbolo máximo a candidatura à presidência da República de Emna Mansour Karoui, pelo Movimento Democrático para a Reforma e a Construção. Estas eleições constituíram uma etapa decisiva na transição do país para um regime democrático, tornada possível pela "Revolução do Jasmim" que culminou com a deposição do ditador Ben Ali em Janeiro de 2011. O desafio é agora o de consolidar um Estado de Direito e instituições democráticas perenes. O povo da Tunísia, herdeiro da civilização cartaginesa, está claramente à altura da tarefa.

ENTREVISTA A CARLOS ZORRINHO,
PRESIDENTE DA DELEGAÇÃO DO PS NO
PARLAMENTO EUROPEU

"A UE ou será uma verdadeira União Política ou será mais um capítulo da História"



Quais são em seu entender os desafios fundamentais que a UE enfrentará em 2015?

É cada vez mais difícil fazer prognósticos. 2015 será um ano com muitas eleições nacionais e as eleições gregas em particular constituirão um momento determinante, não apenas pelo resultado, mas sobretudo pela forma como as instituições respeitarem a vontade do povo grego. É inaceitável que uma União de Países Democráticos ouse condicionar a escolha democrática de um dos seus membros.

Neste sentido considero que a grande prioridade e o grande desafio que a UE enfrentará em 2015 será a finalização da União Económica e Monetária e a afirmação da União Política. Se não vencer este desafio a UE terá pela frente fortes pulsões fragmentadoras.

A UE ou será uma verdadeira União Política ou será mais um capítulo da História, e em larga medida essa escolha far-se-á em 2015.

O Plano Juncker é suficientemente apto a alterar a atual situação económica na Europa?

O Plano Juncker tem a grande vantagem de colocar a União a falar de Investimento. O momento seguinte é passar das palavras aos atos. O plano por si só é claramente insuficiente. Se for alavancado por políticas de confiança e de crescimento pode ser o primeiro impulso da recuperação europeia. Se se tentar aplicá-lo no quadro de pensamento mesquinho e contabilístico que tem prevalecido na União será mais uma vítima da "pandemia" neoliberal.

Ao longo deste ano teremos as presidências letã e luxemburguesa. Quais as possíveis consequências resultantes da circunstância de serem dois pequenos países a assumirem os comandos da União?

O papel das presidências semestrais foi claramente diminuído com a entrada em vigor no Tratado de Lisboa. A vantagem dos Países pequenos é que podem fazer agendas mais focadas e por vezes isso tem mais sucesso do que as agendas alargadas dos países maiores. A Presidência Letã vai dar prioridade à Agenda Digital e espero que a Presidência Luxemburguesa enfrente a questão da transparência e da harmonização fiscal. Acredito que poderão ser duas boas presidências.

De que forma o Acordo Transatlântico entre a UE e os EUA poderá ajudar a alavancar a economia europeia?

O Acordo Transatlântico é vasto e complexo e uma avaliação dos impactos depende muitos dos compromissos que se assumirem em concreto. Duma forma geral o sucesso desse acordo dará uma nova centralidade ao Atlântico e isso pode constituir uma grande oportunidade para a Europa em geral e para Portugal em particular.

"JE SUIS CHARLIE"

Eurodeputados Socialistas e Democratas lembram no Parlamento Europeu os acontecimentos no jornal satírico Charlie Hebdo.



B R E V E S

■ O deputado europeu e presidente da Delegação para as relações com o Mercosul **Francisco Assis**, recebeu este mês em Bruxelas o Diretor para as Américas do Serviço de Ação Externa da União Europeia o Sr. Christian Leffler. A reunião serviu para trocar impressões sobre o atual estado das relações da União Europeia e os países das Américas, em particular os membros do Mercosul.

Francisco Assis procurou obter uma atualização sobre o estado das negociações do acordo de associação entre os dois blocos, bem como a situação atual dos países que fazem parte do Mercosul.

■ **Maria João Rodrigues** foi nomeada "relatora sombra" na comissão do Emprego e Assuntos Sociais sobre o Plano de Investimento apresentado por Jean-Claude Juncker. Lembra-se que a Comissão Europeia (CE) anunciou a adoção de um Plano de Investimento de 315 mil milhões de EUR com o objetivo de promover o crescimento e o emprego na Europa. Maria João Rodrigues tem insistido na necessidade de o Conselho avançar com um compromisso que permita que o Plano tenha o impacto necessário na economia real, defendendo que "o sucesso do fundo estratégico para o investimento vai depender das contribuições de capital dos Estados-membros", explicando no entanto que "essas contribuições devem ser neutralizadas no âmbito do pacto de estabilidade e crescimento e devem ter em conta os países em maior dificuldade".

■ **Carlos Zorrinho** participou no 2º encontro Euro-Mediterrânico em Energia que decorreu este mês em Bruxelas. O encontro teve como tema de debate a criação de um Hub no Mediterrâneo como alternativa de segurança e abastecimento energético da Europa, e contou com a presença de altos responsáveis políticos dos Países do Mediterrâneo Norte e do Mediterrâneo Sul, entre os quais o secretário de Estado da Energia do Governo Português Artur Trindade. Carlos Zorrinho saudou o acordo tripartido entre Portugal, Espanha e França para o desenvolvimento de interconexões energéticas entre a Península Ibérica e o restante Continente Europeu e exorta o Governo Português a desenvolver também projetos de conexão com o Mediterrâneo Sul, em particular com Marrocos.

■ **Elisa Ferreira** considera que o semestre de presidência italiana do Conselho da União Europeia (UE) terminou no final de 2014 com um balanço magro face às prioridades iniciais. É certo que os italianos assumiram esta missão em época de mudança das instituições europeias. É certo, também, que neste semestre a UE iniciou um debate sobre a forma de relançar o investimento de forma a evitar um longo período de estagnação económica. Mas as ideias italianas de flexibilização do pacto de estabilidade e crescimento para permitir aos países do euro lançar políticas de crescimento e emprego ficaram muito aquém do esperado. O que significa que este debate crucial terá de ser um dos nossos grandes combates neste ano de 2015.

■ **Ricardo Serrão Santos** questionou a Comissão Europeia quanto à utilização massiva de dispositivos de agregação de peixe na pesca do atum. Na sua pergunta, o eurodeputado referiu que se

podem estar a atrasar e a alterar a circulação dos cardumes. Com esta perturbação, os cardumes podem afastar-se dos pesqueiros tradicionais nos arquipélagos dos Açores ou Madeira. A Greenpeace e a Pew também já denunciaram a utilização dos dispositivos e dos efeitos de longo prazo sobre os ecossistemas.

■ **Ana Gomes** esteve entre na segunda semana de janeiro em visita de trabalho ao Curdistão Iraquiano para contactos com representantes políticos e religiosos, e para visitar os campos de refugiados e de deslocados naquela região, nomeadamente de Yazidis, Cristãos e Shabak e outras minorias barbaramente violentadas pelo "califado" do chamado Estado Islâmico (EI) no norte do Iraque.

■ **Pedro Silva Pereira**, que é o relator do PE para o Acordo Comercial entre a UE e o Japão, presidiu à reunião do Monitoring Group que acompanha no PE as negociações daquele acordo comercial. Durante a reunião, o Negociador Chefe que representa a UE, Mauro Petriccione, informou os membros da Comissão de Comércio Internacional do PE sobre os resultados da oitava ronda negocial que decorreu em Tóquio entre 8 e 12 de dezembro. Apesar de condicionada pela realização das eleições legislativas no Japão, ocorridas em 14 de dezembro, esta ronda negocial abordou, entre outros, vários temas essenciais como o mercado das compras públicas, as novas exigências da UE para o desmantelamento de barreiras não tarifárias, bem como a eliminação das tarifas aduaneiras japonesas sobre o vinho, queijo e outros produtos agrícolas. Nesta reunião os membros do Monitoring Group tiveram ainda a oportunidade de trocar impressões com representantes de duas importantes organizações da indústria europeia, a "FoodDrinkEurope" que representa a indústria europeia de alimentação e bebidas, e a "ACEA" que representa os 15 maiores fabricantes europeus de automóveis. A próxima reunião do Monitoring Group terá lugar após a ronda negocial que decorrerá no final do próximo mês de fevereiro.

■ **Liliana Rodrigues** participou na audição sobre proteção de menores, família e natalidade na Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, em Lisboa. A deputada madeirense reuniu-se com todos os partidos políticos onde explicou o que se está a desenvolver no Parlamento Europeu e as recomendações da Comissão Europeia para esta problemática. A deputada focou ainda a sua intervenção no relatório para a promoção da natalidade apresentado ao governo central e insistiu no facto de esse trabalho apresentar soluções de difícil exequibilidade quando as políticas seguidas pelo executivo português contrariam uma real aposta que combata o envelhecimento da população.

■ **A Lituânia**, com mais de 3 milhões de habitantes, é desde o início deste mês o mais recente país a fazer parte do sistema oficial da moeda única, tornando-se o 19º Estado-membro da zona euro. Foi em 2002, com a entrada em simultâneo de 12 países, incluindo Portugal, que se deu o pontapé de saída para o Euro, uma moeda única no espaço europeu.